INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM BIBLIOTECA ESCOLAR: ANÁLISE DOCUMENTAL DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PERGAMUM

TECHNOLOGICAL INNOVATION IN SCHOOL LIBRARIES: A DOCUMENTARY ANALYSIS OF THE IMPLEMENTATION OF THE PERGAMUM SYSTEM

https://doi.org/10.63330/aurumpub.067-126

Jakeline Farias Souza
Doutoranda em Ciências da Educação — Linha de Pesquisa: Gestão da Informatização e do Conhecimento
Branner Global Christian University
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9864597422943860
ORCID: https://orcid.org/0009-0005-9769-6087

Resumo

Este artigo analisa documentalmente o processo de implantação do Sistema Pergamum na Biblioteca Eloiza Zanette Fernandes, da Escola de Educação Básica Prof. Gustavo Augusto Gonzaga, em Joinville, Santa Catarina. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, configura-se como estudo de caso documental único e examina 17 unidades documentais (D01–D17), produzidas entre março de 2025 e outubro de 2026. A análise foi organizada em quatro categorias: diretrizes institucionais e normatização; planejamento e implantação; organização e tratamento técnico da informação; e recuperação e acesso. Os documentos registram decisões institucionais, infraestrutura, contratação, formação, planejamento, orientações técnicas e constituição progressiva de uma base operacional. Os relatórios de setembro de 2026 apresentam, conforme suas modalidades, até 1.332 títulos/acervos associados a 2.251 exemplares. A Portaria nº 3.471/2026 acrescenta um marco normativo posterior aos relatórios, sem demonstrar retroativamente a conformidade dos registros. Conclui-se que a implantação se configura como processo sociotécnico de institucionalização da gestão informacional da biblioteca escolar, sem evidência documental suficiente para afirmar impactos sobre satisfação, leitura ou aprendizagem.

Palavras-chave: Biblioteca escolar; Inovação tecnológica; Organização da informação; Sistema Pergamum; Sistemas de gerenciamento de bibliotecas.

Abstract

This article provides a documentary analysis of the implementation of the Pergamum library management system at the Eloiza Zanette Fernandes Library, part of the Prof. Gustavo Augusto Gonzaga State School in Joinville, Santa Catarina, Brazil. This qualitative, exploratory-descriptive study is designed as a single-

case documentary investigation and examines 17 documentary units (D01–D17) produced between March 2025 and October 2026. The analysis addresses institutional guidelines and regulation, planning and implementation, information organization and technical processing, and information retrieval and access. The documents indicate a gradual process involving institutional coordination, infrastructure, professional training, technical standards and the development of an operational database. Reports dated September 2026 record up to 1,332 titles or collection records and 2,251 copies, according to the respective report categories. Ordinance No. 3,471/2026 formalizes the Technical Processing Manual and its use in collection processing with Pergamum. The findings characterize implementation as a sociotechnical process of institutionalizing information management rather than merely installing software. Documentary evidence does not establish effects on user satisfaction, reading practices or learning outcomes.

Keywords: Information organization; Library management systems; Pergamum system; School library; Technological innovation.

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca escolar desempenha funções de organização, acesso e mediação da informação que se articulam ao processo educativo. No Brasil, a Lei nº 14.837/2024 reforça seu reconhecimento institucional ao atualizar a definição de biblioteca escolar e instituir o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (Brasil, 2024). Nesse contexto, a informatização das coleções suscita questões que ultrapassam a escolha de uma plataforma: envolve planejamento, infraestrutura, capacitação profissional, representação bibliográfica e definição de responsabilidades.

A incorporação de um sistema integrado de gerenciamento pode oferecer condições técnicas para organizar registros, identificar exemplares e estruturar mecanismos de consulta. Entretanto, a disponibilidade do software não demonstra, por si, seu uso efetivo, a qualidade dos dados ou melhorias na experiência dos usuários. Essa distinção é particularmente relevante em pesquisas documentais, nas quais o alcance das conclusões depende da natureza e da capacidade probatória das fontes examinadas (Bowen, 2009).

O artigo toma como caso a implantação do Sistema Pergamum na Biblioteca Eloiza Zanette Fernandes, da Escola de Educação Básica Prof. Gustavo Augusto Gonzaga, vinculada à rede pública estadual de Santa Catarina, em Joinville. O problema que orienta a investigação é: como o processo de implantação do Sistema Pergamum em uma biblioteca escolar pública de Santa Catarina se configura, à luz das evidências documentais, em termos de diretrizes institucionais, planejamento, organização e tratamento técnico da informação e condições de recuperação e acesso?

O objetivo geral consiste em analisar documentalmente o processo de implantação do Sistema Pergamum na unidade investigada, considerando as diretrizes institucionais, o planejamento, a organização e o tratamento técnico da informação e as condições documentadas de recuperação e acesso. Especificamente, busca-se identificar as diretrizes institucionais e normativas, descrever as etapas documentadas de planejamento e implantação, examinar as orientações e os registros de tratamento técnico e analisar as condições de recuperação e acesso que os documentos efetivamente permitem reconhecer.

A pesquisa utiliza um corpus de 17 unidades documentais, D01–D17, com registros produzidos entre 10 de março de 2025 e 5 de outubro de 2026; D17 foi publicado no Diário Oficial do Estado em 6 de outubro de 2026. A contribuição pretendida não é avaliar o impacto da informatização sobre aprendizagem ou satisfação, mas reconstruir de forma rastreável a articulação entre governança, procedimentos biblioteconômicos e constituição de condições operacionais de gestão informacional.

2 BIBLIOTECA ESCOLAR, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO

2.1 BIBLIOTECA ESCOLAR E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A biblioteca escolar integra o processo educativo ao articular acesso à informação, leitura, apoio ao currículo, organização de coleções e mediação. Essa compreensão afasta a biblioteca da função restrita de guarda de materiais e a situa como ambiente no qual a forma de organizar e disponibilizar os recursos interfere nas possibilidades de localização, seleção e apropriação da informação. Campello (2024) enfatiza essa dimensão formativa ao compreender a biblioteca como lugar de aprendizagem, perspectiva compatível com a necessidade de tratar sua infraestrutura informacional como parte das condições de funcionamento do espaço educativo.

No contexto brasileiro, a Lei nº 14.837/2024 reforça essa concepção ao definir a biblioteca escolar como equipamento cultural necessário ao desenvolvimento do processo educativo e ao associá-la à democratização da informação, ao acesso às tecnologias e à integração com o ensino e a aprendizagem (Brasil, 2024). Para este estudo, o marco legal é mobilizado como referência institucional e não como evidência de que todas as finalidades previstas estejam efetivamente realizadas na unidade investigada.

A organização da informação constitui, nesse cenário, uma dimensão estrutural. A descrição bibliográfica, a classificação, a indexação, o controle de autoridades e a identificação dos exemplares produzem pontos de acesso que condicionam a posterior recuperação dos recursos. Os Princípios Internacionais de Catalogação associam a construção de registros a critérios como conveniência do usuário, representação, consistência, padronização e interoperabilidade (IFLA, 2016). Assim, organizar o acervo não equivale apenas a registrar itens: significa estruturar dados para que possam ser identificados e recuperados de maneira coerente.

2.2 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SISTEMAS DE GERENCIAMENTO

A incorporação de tecnologias digitais em contextos educacionais não deve ser interpretada como mudança automática ou como resultado produzido pela simples presença de uma ferramenta. Selwyn (2021) propõe examinar criticamente as tecnologias educacionais em relação às condições sociais, institucionais e profissionais de sua utilização. Em perspectiva convergente, Vial (2019) compreende a transformação digital como processo de mudança organizacional associado ao uso de tecnologias digitais. Aplicada à biblioteca escolar, essa leitura desloca a análise da aquisição do software para os fluxos de trabalho, responsabilidades, formação, dados e procedimentos que tornam possível sua utilização institucional.

Essa abordagem aproxima a informatização da gestão da informação. Choo (2016) permite compreender a informação como recurso que precisa ser organizado e integrado aos processos organizacionais, enquanto Alves e Valentim (2022) mapeiam a produção científica brasileira sobre gestão da informação e gestão do conhecimento, identificando seus enfoques temáticos no campo da Ciência da Informação. No âmbito de um sistema de gerenciamento de bibliotecas, essa articulação se concretiza em registros, rotinas, responsabilidades e mecanismos de controle que conectam o tratamento técnico às atividades de consulta e gestão.

Por isso, a implantação de um sistema integrado de gerenciamento de bibliotecas deve ser compreendida como processo sociotécnico. A infraestrutura tecnológica é necessária, mas não suficiente: a consistência dos dados, a definição de procedimentos, a capacitação profissional e a continuidade das rotinas interferem no funcionamento do ambiente informatizado. No presente artigo, inovação tecnológica é utilizada nesse sentido processual, evitando-se atribuir ao software, isoladamente, efeitos sobre aprendizagem, leitura, satisfação ou comportamento informacional que não foram medidos.

2.3 SISTEMA PERGAMUM, REPRESENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O Sistema Pergamum insere-se no conjunto dos sistemas integrados utilizados para organizar funções bibliotecárias em ambiente informatizado. Para a análise do caso, entretanto, suas funcionalidades gerais não são tomadas como prova de utilização local. O interesse recai sobre aquilo que os documentos permitem demonstrar acerca da implantação, do tratamento técnico e da constituição de condições de recuperação da informação.

A relação entre representação e recuperação é central nesse exame. Registros bibliográficos e de exemplares estruturam pontos de acesso, mas a existência de dados no sistema não certifica automaticamente sua conformidade técnica nem a efetividade das buscas realizadas pelos usuários. A IFLA (2025a), ao reafirmar princípios de controle bibliográfico universal, destaca a importância de dados bibliográficos confiáveis, consistentes e passíveis de intercâmbio. Em perspectiva tecnológica complementar, McKenna, Debruyne e O'Sullivan (2022) demonstram a relevância da qualidade e da

interoperabilidade dos metadados para a conexão e reutilização da informação em ambientes de memória e informação.

O Manifesto da Biblioteca Escolar IFLA-UNESCO 2025 situa a biblioteca escolar em um ambiente no qual coleções físicas e digitais, tecnologias, profissionais qualificados e práticas educativas coexistem (IFLA, 2025b). Essa perspectiva sustenta uma leitura não reducionista da informatização: o sistema pode ampliar as condições de organização e consulta, mas seus efeitos dependem da articulação entre infraestrutura, tratamento técnico, práticas profissionais e contexto institucional.

2.4 SÍNTESE TEÓRICO-ANALÍTICA

O referencial adotado permite tratar a implantação do Pergamum como processo que articula quatro dimensões: diretrizes institucionais, planejamento e implantação, organização e tratamento técnico da informação e recuperação e acesso. Essas dimensões não são equivalentes nem produzem o mesmo tipo de evidência. A existência de uma norma demonstra uma prescrição; um planejamento registra ações previstas; um documento funcional pode comprovar determinada atividade; e um relatório do sistema evidencia um estado operacional registrado em momento específico.

A síntese teórica conduz, portanto, a uma regra analítica fundamental: tecnologia disponível não equivale a tecnologia utilizada; informação registrada não equivale a informação recuperada; e informação recuperável não equivale a informação efetivamente utilizada ou apropriada. Essa distinção orienta a análise documental e impede que possibilidades técnicas sejam convertidas em resultados empíricos sem evidência correspondente.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 CARACTERIZAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa é aplicada, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental e configurada como estudo de caso documental único. O caso corresponde ao processo de implantação do Sistema Pergamum na Biblioteca Eloiza Zanette Fernandes, da Escola de Educação Básica Prof. Gustavo Augusto Gonzaga, em Joinville, Santa Catarina. A opção pelo estudo de caso decorre da necessidade de compreender um fenômeno contemporâneo em seu contexto institucional, preservando as relações entre decisões, documentos, procedimentos técnicos e registros operacionais (Yin, 2018).

O delineamento atual não utiliza questionários, entrevistas, grupos focais ou observação participante. Consequentemente, não produz evidências sobre percepção dos usuários, satisfação, facilidade de uso, comportamento de busca, práticas de leitura ou aprendizagem. O alcance das conclusões permanece proporcional àquilo que as fontes documentais podem sustentar.

3.2 DELIMITAÇÃO DO CASO E CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DOCUMENTAL

O corpus do artigo reúne 17 unidades documentais, codificadas de D01 a D17, produzidas entre 10 de março de 2025 e 5 de outubro de 2026, sendo D17 publicado no Diário Oficial do Estado em 6 de outubro de 2026. O conjunto compreende documentos normativos, administrativos, de infraestrutura, contratação, formação, planejamento, processamento técnico, registros funcionais e relatórios operacionais. A inclusão de D17 corresponde à Portaria nº 3.471, de 5 de outubro de 2026, incorporada ao artigo após a versão da tese que ainda encerrava o corpus em D16.

A seleção das fontes observou pertinência direta com o processo investigado, possibilidade de identificação de proveniência e data e capacidade de contribuir para pelo menos uma das quatro categorias analíticas. Documentos estaduais foram utilizados quando apresentavam relação demonstrável com o caso. A escala da rede estadual funciona como contexto institucional; o universo empírico permanece restrito à biblioteca escolar investigada.

3.3 ORGANIZAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS

As fontes foram organizadas cronologicamente e codificadas para permitir rastreabilidade entre documento, categoria e inferência. Para cada unidade documental foram considerados autoria ou órgão produtor, data, finalidade, conteúdo pertinente, nível institucional e capacidade probatória. Esse procedimento é compatível com a análise documental qualitativa descrita por Bowen (2009), segundo a qual os documentos devem ser examinados em relação ao contexto de produção, à finalidade e às informações que efetivamente oferecem.

A preparação também preservou diferenças entre os gêneros documentais. Atos normativos foram tratados como prescrições; documentos de planejamento, como registro de ações previstas; registros funcionais, nos limites das atividades que efetivamente documentam; manuais técnicos, como orientação de procedimentos; e relatórios do sistema, como evidências de estados operacionais da base. Não se atribuiu a uma fonte informação que dependesse de outro documento para ser comprovada.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise foi desenvolvida por leitura sistemática, codificação e agrupamento temático das unidades documentais. A organização das evidências em categorias dialoga com a análise de conteúdo de Bardin (2016), utilizada como referência para a categorização e a interpretação do material. A análise documental, por sua vez, encontra fundamento específico em Bowen (2009), especialmente quanto ao exame crítico de documentos como fontes qualitativas.

Foram adotadas quatro categorias previamente alinhadas aos objetivos específicos: (1) diretrizes institucionais e normalização; (2) planejamento e implantação; (3) organização e tratamento técnico da

informação; e (4) recuperação e acesso à informação. A codificação admitiu que um mesmo documento contribuísse para mais de uma categoria, desde que a função de cada segmento fosse explicitada. A interpretação buscou convergências, complementaridades, sequências temporais e lacunas, sem preencher ausências documentais por memória profissional ou inferência não sustentada.

3.5 HIERARQUIA E TRIANGULAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS

A triangulação foi realizada entre documentos de naturezas e momentos distintos. Seu objetivo não foi produzir confirmação automática por repetição, mas confrontar o que cada fonte permite afirmar. Adotou-se, como regra de interpretação, a distinção entre prescrição institucional, planejamento, execução registrada e evidência operacional. Essa gradação foi construída para o estudo e não é atribuída a um autor específico.

A aplicação desse controle é particularmente importante no corpus. Um contrato pode comprovar a contratação de software de gestão de bibliotecas sem nomear o Pergamum; outro documento pode identificar nominalmente o sistema. Da mesma forma, um manual pode prescrever catalogação, classificação, indexação e controle de autoridades sem demonstrar sua aplicação uniforme em cada registro. Os relatórios operacionais evidenciam quantitativos associados à unidade, mas não permitem inferir autoria individual, velocidade de processamento, qualidade integral dos registros ou experiência dos usuários.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS E INTEGRIDADE CIENTÍFICA

O estudo trabalha com fontes documentais e não realiza coleta direta com participantes. A integridade metodológica foi preservada mediante rastreabilidade das fontes, separação entre evidência documental e conhecimento profissional da pesquisadora, explicitação dos limites de cada documento e rejeição de inferências que ultrapassem o corpus. Informações pessoais eventualmente presentes em documentos administrativos não constituem objeto de análise e devem permanecer protegidas na apresentação dos resultados.

A atualização do corpus com D17 é tratada temporalmente: a Portaria nº 3.471/2026 é datada de 5 de outubro de 2026 e foi publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de outubro de 2026, quando entrou em vigor; por isso, não é utilizada para certificar retroativamente a conformidade dos registros operacionais produzidos em setembro. Essa separação preserva a cronologia e evita converter norma posterior em prova de execução anterior.

3.7 LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

As principais limitações decorrem do caráter documental e do estudo de caso único. O corpus não constitui registro exaustivo de todas as atividades realizadas durante a implantação; a ausência de

documento não é tratada como evidência de ausência do acontecimento. A heterogeneidade das fontes também exige cautela, pois documentos administrativos, normativos, técnicos e operacionais possuem finalidades e capacidades probatórias diferentes.

Além disso, não foi realizada auditoria catalográfica item a item nem investigação direta com usuários. Assim, o estudo não pode afirmar conformidade integral dos registros, facilidade de recuperação, satisfação, aumento de empréstimos, melhoria da leitura ou efeitos sobre aprendizagem. Os resultados não representam estatisticamente as bibliotecas da rede estadual e devem ser compreendidos como análise aprofundada de um caso institucional específico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 DIRETRIZES INSTITUCIONAIS E NORMATIZAÇÃO

A sequência documental revela a formação gradual de condições institucionais para a informatização. A Portaria nº 1.102/2025 (D02) registra a criação da Comissão de Processamento Técnico e Software, evidenciando uma instância de coordenação das decisões e procedimentos relacionados à gestão bibliotecária. A documentação posterior relativa à organização do trabalho, à formação e aos procedimentos técnicos (D06 e D11) complementa esse enquadramento, sem demonstrar automaticamente sua aplicação uniforme em todos os registros.

A Portaria nº 3.471, de 5 de outubro de 2026 (D17), publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 22.855, p. 6, em 6 de outubro de 2026, institui o Manual de Processamento Técnico do Acervo da Rede Pública Estadual de Ensino de Santa Catarina (Santa Catarina, 2026). O ato atribui à Comissão de Processamento Técnico e Software a manutenção, coordenação, orientação e supervisão da implementação e usabilidade do Manual e estabelece aos bibliotecários da rede seu estudo e uso no processamento técnico dos acervos das unidades escolares utilizando o Sistema Pergamum. Como a publicação é posterior aos relatórios operacionais de setembro de 2026, D17 não constitui prova retroativa de conformidade dos registros anteriormente produzidos.

4.2 PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PERGAMUM

Os documentos de março e maio de 2025 (D01 e D03) registram providências de infraestrutura relacionadas à gestão de acervos, sem identificar, isoladamente, o uso operacional do Pergamum. O Contrato nº 175/2025 (D16) contempla licenciamento, suporte e treinamento de software para bibliotecas, mas não nomeia expressamente o Pergamum. A identificação nominal do sistema aparece no documento de 3 de setembro de 2025 (D04), marco que deve ser diferenciado das iniciativas preparatórias anteriores.

A documentação de formação e organização do trabalho (D05, D07, D09 e D10) indica etapas institucionais e registros de participação ou convocação com diferentes alcances probatórios. A convocação

para capacitação não equivale à comprovação de presença; o registro de atividade funcional não demonstra, por si, produtividade, domínio integral da plataforma ou conclusão de todas as tarefas previstas. O planejamento da unidade piloto em abril de 2026 (D08) enumera diagnóstico, formação, organização física, processamento, inserção ou migração de dados e testes, mas descreve providências planejadas, não um atestado global de execução.

4.3 ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO TÉCNICO DA INFORMAÇÃO

As orientações técnico-institucionais de fevereiro de 2026 (D06) e o Manual de Processamento Técnico (D11) estabelecem procedimentos relacionados à descrição bibliográfica, classificação, indexação, controle de autoridades, identificação de exemplares e preparação física. Esses elementos explicitam uma arquitetura de trabalho que conecta a representação dos recursos à possibilidade de recuperação em ambiente informatizado. A existência de normas e orientações, contudo, não substitui auditoria catalográfica item a item.

Os relatórios operacionais da unidade 628 permitem reconhecer estados sucessivos da base: em 2 de setembro de 2026 (D12), 1.152 títulos e 1.930 exemplares; em 15 de setembro (D13), 1.290 títulos e 2.197 exemplares; e em 20 de setembro (D14 e D15), 1.332 títulos/acervos associados a 2.251 exemplares, conforme o tipo de relatório. Entre 2 e 20 de setembro, a diferença numérica é de 180 títulos/acervos e 321 exemplares. Esses quantitativos não são convertidos em medida de produtividade individual, velocidade de catalogação ou qualidade integral dos registros.

4.4 RECUPERAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO

A constituição de registros bibliográficos e de exemplares representa condição técnica para consultas e identificação dos materiais. A análise, entretanto, não dispõe de testes de busca, registros de navegação, entrevistas ou observação direta com usuários. Assim, a presença de dados em ambiente informatizado é interpretada como condição documentada de recuperabilidade potencial, e não como comprovação de que os recursos foram efetivamente encontrados, utilizados ou apropriados pela comunidade escolar.

Essa distinção preserva a coerência entre referencial, método e resultado: informação registrada não equivale a informação recuperada, e a disponibilidade de uma funcionalidade não equivale a sua utilização local. Sem evidências específicas, também não é possível atribuir ao sistema alterações na circulação, satisfação, leitura ou aprendizagem.

4.5 SÍNTESE DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

O encadeamento de documentos institucionais, preparatórios, técnicos e operacionais permite interpretar a implantação do Pergamum como processo sociotécnico de institucionalização da gestão informacional da biblioteca escolar. A tecnologia integra um conjunto mais amplo de decisões, responsabilidades, formação, organização do acervo e estruturação de dados. O caso demonstra a constituição progressiva dessas condições no período documentado, sem autorizar a afirmação de implantação integralmente concluída ou de impacto educacional comprovado.

5 CONCLUSÃO

A análise documental do processo de implantação do Sistema Pergamum na Biblioteca Eloiza Zanette Fernandes indica que a informatização da unidade se configurou pela articulação de diretrizes institucionais, planejamento, formação profissional, organização e tratamento técnico da informação e constituição de uma base operacional. A questão de pesquisa foi respondida nos limites das 17 unidades documentais examinadas, sem extrapolar o caso para a totalidade das bibliotecas da rede estadual.

O principal resultado interpretativo é que a implantação não se reduz à instalação de software: trata-se de processo sociotécnico de institucionalização da gestão informacional, no qual infraestrutura, governança, trabalho biblioteconômico e organização dos dados são interdependentes. Os relatórios de setembro de 2026 documentam estados operacionais da base, enquanto a Portaria nº 3.471/2026 registra normatização posterior que não comprova retroativamente a conformidade dos dados anteriormente produzidos.

O delineamento documental e o estudo de caso único impõe limites claros. Não houve coleta com usuários nem auditoria catalográfica integral, de modo que não se pode concluir que o Pergamum produziu melhorias comprovadas em satisfação, autonomia informacional, desempenho de busca, circulação, leitura ou aprendizagem. Estudos futuros poderão examinar a qualidade dos registros, acompanhar a aplicação das normas em diferentes unidades e investigar a experiência dos usuários por procedimentos específicos.

Conclui-se que a inovação tecnológica observada se manifesta como reorganização institucional e informacional das condições de gestão, representação e potencial recuperação do acervo, e não como efeito automático da presença de uma plataforma.

REFERÊNCIAS

ALVES, Bruno Henrique; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão da informação e gestão do conhecimento: uma análise dos trabalhos científicos indexados na Brapci. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 13, n. 2, p. 107–123, 2022. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v13i2p107-123.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOWEN, Glenn A. Document analysis as a qualitative research method. **Qualitative Research Journal**, v. 9, n. 2, p. 27–40, 2009. DOI: https://doi.org/10.3316/QRJ0902027.

BRASIL. **Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14837.htm. Acesso em: 9 out. 2026.

CAMPELLO, Bernadete. **A biblioteca como lugar de aprendizagem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2024.

CHOO, Chun Wei. **The inquiring organization**: how organizations acquire knowledge and seek information. New York: Oxford University Press, 2016. DOI: https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199782031.001.0001.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Statement of International Cataloguing Principles** (ICP): 2016 edition with minor revisions, 2017. [S. l.]: IFLA, 2016. Disponível em: https://www.ifla.org/g/cataloguing/international-cataloguing-principles-icp/. Acesso em: 9 out. 2026.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **IFLA Professional Statement on Universal Bibliographic Control** (2025). [S. l.]: IFLA, 2025a. Disponível em: https://www.ifla.org/news/just-released-iflas-2025-professional-statement-on-universal-bibliographic-control-a-strategic-vision-for-reliable-metadata/. Acesso em: 9 out. 2026.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA-UNESCO 2025**. [S. l.]: IFLA, 2025b. Disponível em: https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/4026. Acesso em: 9 out. 2026.

MCKENNA, Lucy; DEBRUYNE, Christophe; O'SULLIVAN, Declan. Using linked data to create provenance-rich metadata interlinks: the design and evaluation of the NAISC-L interlinking framework for libraries, archives and museums. **AI & Society**, v. 37, p. 921–947, 2022. DOI: https://doi.org/10.1007/s00146-021-01373-z.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 3.471, de 5 de outubro de 2026**. [Institui o Manual de Processamento Técnico do Acervo da Rede Pública Estadual de Ensino de Santa Catarina]. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, n. 22.855, p. 6, 6 out. 2026.

SELWYN, Neil. **Education and technology**: key issues and debates. 3. ed. London: Bloomsbury Academic, 2021.

VIAL, Gregory. Understanding digital transformation: a review and a research agenda. **The Journal of Strategic Information Systems**, v. 28, n. 2, p. 118–144, 2019. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jsis.2019.01.003.

YIN, Robert K. **Case study research and applications**: design and methods. 6. ed. Los Angeles: SAGE, 2018.